



**IMPACTOS**  
Quatro professores contam como os salários defasados têm levado a mudanças de rotinas na vida pessoal e no trabalho

**Página 6**

**CAMPANHA SALARIAL**

# Governo adia negociação duas vezes em quatro dias



> Reunião de representantes do governo com entidades sindicais estava marcada para terça-feira, 7. Sérgio Mendonça, encarregado pelas negociações, pediu o adiamento do encontro. **Páginas 2 e 3**



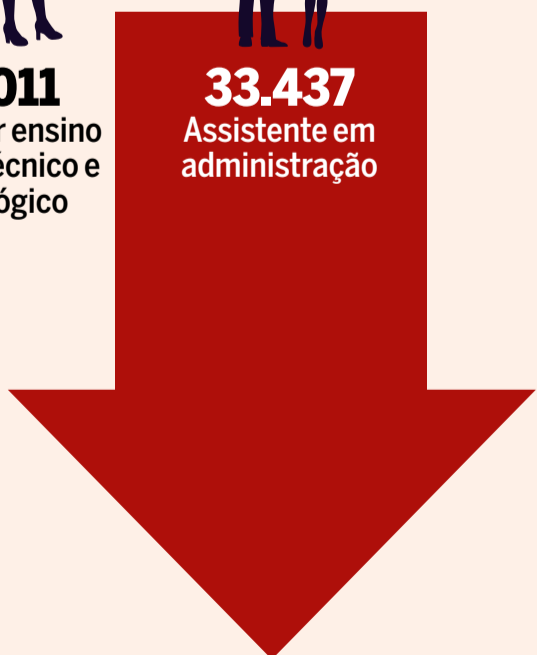
**86.972**  
Professor de magistério superior



**48.011**  
Professor ensino básico, técnico e tecnológico



**33.437**  
Assistente em administração



**GRÁFICOS MOSTRAM PERDAS**

Levantamento realizado pelo Jornal da AdUFRJ mostra que, em cinco anos, defasagem salarial dos docentes chega a 30%. **Páginas 4 e 5**



**PARA QUE A HISTÓRIA NÃO SE REPITA**

Postura do Andes em negociar difere muito da adotada pelo sindicato em 2012 e 2015, quando sindicato rompeu diálogo e puxou greves. **Página 7**

## EDITORIAL

## CAR@ COLEGA

## DIRETORIA

N o fechamento desta edição, nós e todos os servidores públicos federais do país fomos surpreendidos pelo adiamento da reunião agendada para esta terça-feira (7) da mesa de negociação entre o governo federal e as entidades representativas do setor. Reaberta pelo governo Lula após seu fechamento nas gestões Temer e Bolsonaro, essa mesa de negociação foi saudada pelos servidores como a retomada de um canal de diálogo permanente com o Executivo, após o longo período de seis anos de desvalorização e menosprezo.

Mas o adiamento nos traz frustração e perplexidade: foi o segundo em apenas quatro dias. O governo prometera para sexta-feira passada uma contraproposta de reajuste salarial, acima dos 7,8% inicialmente oferecidos, índice abaixo dos 13,5% apresentados pelo Fonacate e bem distante dos 26,94% reivindicados na deflagração de nossa campanha salarial. Mas a contraproposta não veio e estamos ainda no escuro. Leia as informações mais atualizadas sobre as negociações em nossa matéria da página 3.

Nas páginas 4 e 5, uma infografia traça um perfil do Serviço Público Federal e os impactos do reajuste salarial que está sendo negociado pelas entidades junto ao Ministério da Gestão.

## CONSUNI APROVA NOVO CALENDÁRIO ELEITORAL



O Conselho Universitário aprovou as novas datas do processo eleitoral que escolherá a próxima reitoria da UFRJ. A mudança no calendário da graduação, provocada pelo atraso no SiSU, foi a motivadora dessa revisão.

Agora, as chapas candidatas à reitoria deverão se inscrever nos dias 21 e 22 de março. A homologação dos nomes, ou seja, a confirmação de que não há impedimentos entre os candidatos, será divulgada no dia 23 de março. A campanha eleitoral acontece até 24 de abril. Já

as eleições em primeiro turno serão realizadas entre 25 e 27 de abril, com resultado no dia 28 do mesmo mês. Caso haja segundo turno, a consulta à comunidade acontecerá de 9 a 11 de maio, com resultado no dia 12. As datas foram aprovadas por unanimidade.

Poderão votar professores e técnicos-administrativos do quadro permanente, professores eméritos, alunos de graduação presencial e a distância, estudantes de pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado, pós-doutorandos e residentes.

## CONFIRA O CALENDÁRIO DE DEBATES DO PRIMEIRO TURNO

## 1º Debate:

**Local:** Cidade Universitária – Centro Cultural Horácio Macedo (Roxinho)  
**Data:** 05 de abril de 2023.  
**Horário:** 16 horas

## 2º Debate:

**Local:** Praia Vermelha – Salão Pedro Calmon  
**Data:** 11 de abril de 2023.  
**Horário:** 12 horas

## 3º Debate:

**Local:** Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé – Auditório do Bloco B  
**Data:** 12 de abril de 2023.  
**Horário:** 15 horas

## 4º Debate:

**Local:** Centro - Faculdade Nacional de Direito – Salão Nobre  
**Data:** 13 de abril de 2023  
**Horário:** 16 horas

## 5º Debate:

**Local:** Campus Duque de Caxias Geraldo Cidade – Bloco A  
**Data:** 18 de abril de 2023.  
**Horário:** 10 horas

## 6º Debate:

**Local:** Cidade Universitária – Auditório Rodolpho Paulo Rocco (Quinhentão)  
**Data:** 19 de abril de 2023.  
**Horário:** 16 horas

**Em caso de segundo turno, os debates serão realizados nos dias 2 e 4 de maio.**

## CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

## RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



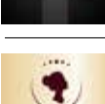
MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC



PSICARE PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



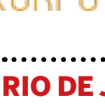
HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



RIO DE JANEIRO E MACAÉ



INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALUNGA PAPELARIA



DROGARIA RAIA

# Governo adia apresentação da contraproposta salarial

> É a segunda vez, em quatro dias, que o Ministério da Gestão desmarca o compromisso com os servidores. Ainda não foi divulgada a nova data da rodada de negociação. Servidores pressionam

SILVANA SÁ  
silvana@adufjr.org.br

Por ela segunda vez em quatro dias, os servidores públicos federais foram surpreendidos com o adiamento de reuniões com representantes do governo para debater os reajustes salariais. Na tarde desta segunda-feira (6), véspera da mesa de negociação que ocorreria em Brasília, o Ministério da Gestão cancelou a reunião e comunicou que precisa de mais tempo para estudar um eventual aumento no percentual de recomposição dos salários. A decisão foi do secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça. A assessoria de imprensa do órgão afirma que “uma nova data para a reunião com as entidades representativas dos servidores federais será marcada em breve”.

É o segundo cancelamento em quatro dias, já que na sexta-feira (3), o governo também suspendeu a apresentação da nova contraproposta salarial para os servidores. A data tinha sido acordada na reunião de negociação do dia 28 de fevereiro.

“A justificativa é de que eles ainda estão realizando os estudos de impacto para atender à nossa solicitação de aumento do índice”, conta o representante do Fonasefe – fórum que congrega sindicatos nacionais de servidores do Executivo federal –, David Lobão. “Espero que seja sinal de que teremos realmente uma recomposição maior do que a proposta anteriormente apresentada, de 7,8%”, diz o dirigente. “Nesse momento, precisamos ter paciência, continuar a pressão, mas entender que entraremos com mais força na campanha salarial de 2024, na qual exigiremos a recomposição total das nossas perdas”, afirma.

## SETOR DAS FEDERAIS

No último final de semana, dias 4 e 5 de março, docentes das universidades federais se reuniram na sede do Andes para discutir a campanha salarial emergencial deste ano. Os professores decidiram reafirmar o índice de recomposição definido pelos servidores públicos federais, de 26,94%, mas aguardar a contraproposta do governo para discutí-la em assembleias pelo país.

Os docentes definiram também 14 de março como o Dia Nacional de Luta pelo Reajuste



INSTALAÇÃO de mesa de negociação permanente contou com a participação de diversos ministros de Estado e reuniu entidades de servidores federais



A justificativa é de que eles ainda estão realizando os estudos de impacto para atender à nossa solicitação de aumento do índice”

DAVID LOBÃO

Representante do Fonasefe

Já. Na data deve ser realizada a quarta reunião de negociação entre os servidores e o governo federal. A próxima reunião do setor das federais está marcada para o dia 13 de março, em Brasília.

A professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ, representou a seção sindical no encontro do setor. “Os professores compreenderam a necessidade de conquistar o compromisso do governo Lula com a recomposição dos salários na elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2024 e na aprovação da Lei Orçamentária do próximo ano”, explica Mayra. Sobre este tema, o Observatório do Conhecimento – instituição que reúne associações de professores de diversos estados – elabora um estudo que será lançado em abril para subsidiar as discussões em torno da recomposição dos orçamentos da Educação e Ciência e Tecnologia.

## DEBATE NA ADUFRJ

No dia 3 de março, cerca de 50 professores participaram da assembleia convocada pela AdUFRJ para debater a campanha salarial dos servidores públicos federais. Na data, o

governo apresentaria o novo índice de recomposição para os servidores, mas cancelou o compromisso horas antes.

O fato de o orçamento deste ano ter sido montado pelo governo Bolsonaro diminuiu as margens de negociação. Justamente por isso, a campanha deste ano tem caráter emergencial. O foco, no entanto, é a composição dos orçamentos dos próximos anos. “É fundamental que a gente saia da mesa de negociação com sinalizações para 2024 e 2025”, avaliou Mayra Goulart. “Nesse início de mandato, o governo goza de popularidade inercial. É preciso sair com o máximo de planejamento para os próximos anos”, defendeu a professora.

Leda Castilho, docente da Coppe, reforçou a avaliação da professora Mayra. “Esse orçamento ainda é um resquício de um governo autoritário. Nossa margem não é muito grande, mas acho que a gente deve discutir outros itens que podem sair de verba de custeio”, defendeu. Desse tipo de rubrica saem, por exemplo, verbas destinadas a pagamento de benefícios dos servidores.

A docente também defendeu que o Andes busque acordos

específicos sobre a carreira docente, como forma de minimizar as defasagens e desigualdades da carreira. “Devemos buscar acordos específicos para nossa carreira, que passem a vigor em janeiro ou fevereiro de 2024”, comentou a professora.

O professor Luis Acosta, do Serviço Social, chamou atenção para a baixa mobilização entre os servidores. “É um enorme problema estar numa negociação sem uma mobilização potente”. Ele defendeu que os professores avaliem a próxima contraproposta do governo, que não deve ser superior a 13%, em sua visão. “Creio que tenhamos que ter uma posição flexível, já que temos um cenário até bom, diante da falta de mobilização”, disse. “O mais complicado, me parece, é negociar em torno da nossa carreira e de suas distorções”, considerou.

Já o professor Felipe Rosa, do Instituto de Física, defendeu que a pauta salarial deve ser o centro da negociação, sem abertura para pautas secundárias. “Uma vez que temos essa abertura para discutir salário, que foi absolutamente impossível por quatro anos, devemos focar o máximo possível para conseguir o maior índice possível”.

# Quem somos, quantos somos e o que queremos

> O quadro de pessoal do Executivo federal civil é composto por quase um milhão de servidores, entre ativos e aposentados. Defasagem salarial entre professores federais chega a 32% desde 2019

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

Compreender o tamanho do quadro de servidores do Executivo é um bom passo para refletir sobre a complexidade da atual campanha salarial. São 560.811 servidores ativos, 417.660 aposentados e 235.273 pensionistas que podem ser beneficiados pela recomposição dos salários.

“A dimensão da categoria sempre pesou contra nós. Sempre gerou tensão, porque os impactos dos reajustes são maiores”, explica a professora Eleonora Ziller, ex-presidente da AdUFRJ.

Desde 2015, há perdas acumuladas de 46,6% no funcionalis-

mo federal. Entre os professores, a última parcela de reajuste aconteceu em 2019. Para esse grupo, as perdas desde então chegam a 32% entre os professores em início de carreira.

O índice de 26,94%, proposto pelos servidores no lançamento da campanha, em janeiro, reflete um percentual emergencial que agrupa apenas as perdas inflacionárias do governo Bolsonaro. O acumulado desde 2019, ano da última parcela de reajuste dos professores, chega a 32% em alguns níveis da carreira.

A reivindicação foi negada pelo governo em 16 de fevereiro. Na ocasião, o Ministério da Gestão apresentou a contraproposta de 7,8%, além do reajuste de 46% no vale-alimentação. O percentual, muito abaixo do



**Entendemos que o orçamento foi montado pelo governo anterior, que nos tratava como inimigos. Tendo isso em mente, vamos lutar pelo maior percentual possível!”**

MAYRA GOULART  
Vice-presidente da AdUFRJ

desejado pelos servidores, foi rejeitado pelos sindicatos. O Fonacate – fórum que reúne as carreiras típicas de Estado –, no entanto, encaminhou ao governo uma nova proposta para apreciação: 13,5% de reajuste linear.

Com as propostas na mesa, o governo ganha tempo, ao adiar a reunião do dia 7. “Esta rodada era esperada com ansiedade por 1 milhão e 200 mil ativos e aposentados, e seus pensionistas. Vamos deliberar sobre um Dia Nacional de Protesto, afinal já são seis anos e dois meses de perdas acumuladas”, protesta o presidente do Fonacate, Rudinei Marques.

“Entendemos que o orçamento atual foi montado pelo governo anterior, que nos tratava

como inimigos”, complementa a professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ. “Tendo isso em mente, vamos lutar pelo maior percentual possível”, defende.

Para o presidente do Fonasefe, David Lobão, uma possível saída é utilizar verbas de contingenciamento para o reajuste salarial. Ele, no entanto, reconhece a dificuldade na campanha atual. “É verdade que se gastar toda a verba de contingenciamento com salários, o governo fica sem lastro para tratar de questões sociais emergenciais”, justifica. “De fato, é uma situação muito difícil. Ninguém quer colocar a faca no pescoço do governo, mas nos incomoda que esses índices não sejam colocados de imediato na mesa”, critica.

## QUANTOS SOMOS?

560.811 servidores ativos

417.660 servidores aposentados

235.273 pensionistas

## ÓRGÃOS QUE MAIS EMPREGAM SERVIDORES

Ministério da Educação

292.186

Ministério da Economia

81.426

Ministério da Saúde

65.139

## OS 5 CARGOS QUE MAIS POSSUEM SERVIDORES



86.972  
Professor de magistério superior



48.011  
Professor ensino básico, técnico e tecnológico



33.437  
Assistente em administração



17.057  
Agente administrativo

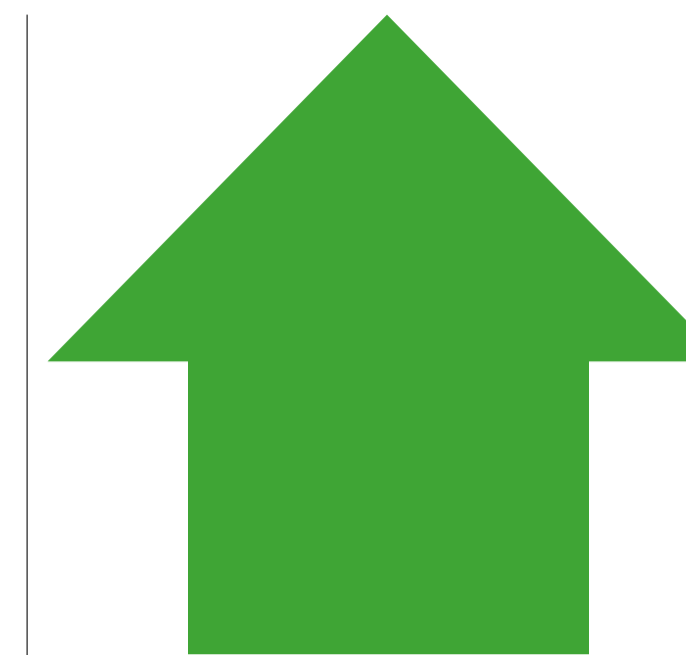
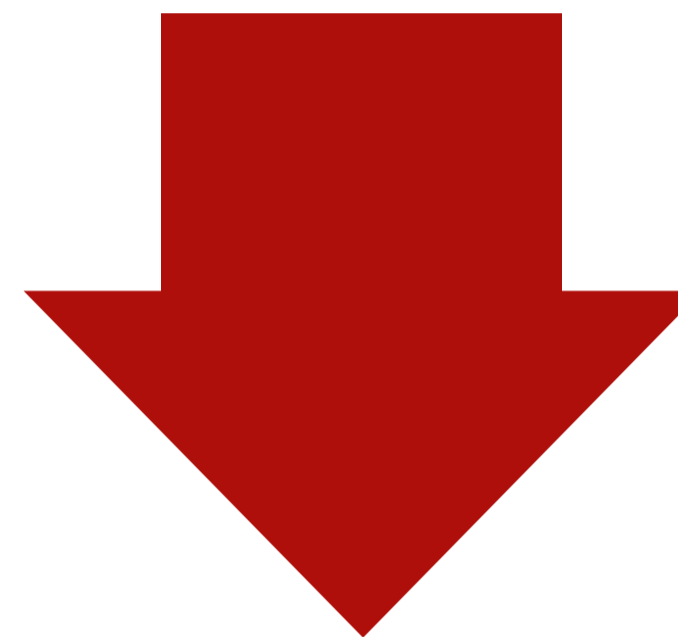


13.934  
Técnico de seguro social

## COMO ESTAMOS?

46,6%  
de perdas acumuladas desde 2015

27%  
de perdas só nos quatro anos de governo Bolsonaro



## O QUE QUEREMOS?

26,94%  
de recomposição salarial

R\$ 27 bilhões  
de impacto fiscal

Revisão dos valores de todos os auxílios

Negociação para recomposição de todas as perdas para 2024

## O QUE O GOVERNO OFERECE?

7,8%  
de recomposição salarial

46,6%  
de aumento no vale-refeição

R\$ 11,2 bilhões  
de impacto fiscal

## CONTRAPROPOSTA DO FONACATE

13,5%  
de recomposição salarial

# DESVALORIZAÇÃO SALARIAL AFETA A VIDA E O TRABALHO

> Duas professoras e dois professores com diferentes perfis e em níveis distintos da carreira contam como os salários defasados causam frustração e mudam rotinas e hábitos de consumo

FRANCISCO PROCÓPIO  
silvana@adufjr.org.br

A defasagem dos salários dos professores traduz a desvalorização da carreira. Um professor universitário estuda formalmente mais de duas décadas

até a conclusão do doutorado. Muitos realizam pesquisas de pós-doutorado até que o sonho concurso aconteça. Mas a qualificação não termina com o acesso à carreira do magistério superior, ou do ensino básico, técnico e tecnológico, como no caso dos professores do Colégio de Aplicação da UFRJ. A trajetória que alia ensino,

pesquisa e extensão exige dos docentes atuação contínua nas investigações científicas.

No entanto, a vida inteira dedicada à qualificação e à descoberta de novos caminhos científicos e educacionais não se traduz em remuneração adequada. São anos sem reajuste, com salários corroídos pela inflação e com desafios pesso-

ais e profissionais que muitas vezes parecem intransponíveis. Os mais afetados são os jovens professores que sofrem as maiores defasagens salariais. Mas todos os níveis da carreira são impactados de alguma forma. “A sensação é de que o professor é desvalorizado e o não tem reconhecido o seu papel na sociedade”, desabafa a professora

Maria Lúcia Werneck Vianna, ex-presidente da AdUFRJ e docente aposentada do Instituto de Economia.

O Jornal da AdUFRJ ouviu quatro professores em diferentes fases da carreira para compreender como a falta de reajuste repercutiu no dia a dia desses docentes.



**CARINE PREVEDELLO**  
Professora Adjunta da Escola de Comunicação



**JACKSON MENEZES**  
Professor Associado do Nupem/Macaé



**ANTONIO SANTOS**  
Professor titular do Instituto de Física



**MARIA LÚCIA WERNECK VIANNA**  
Professora aposentada do Instituto de Economia

Eu acabei saindo do Rio Grande do Sul, meu estado de origem, onde eu tinha toda uma estrutura, casa própria, para vir para o Rio de Janeiro sozinho e montar uma casa completamente do zero. Então, no meu caso, a falta de uma recomposição salarial e mesmo dessa manutenção do piso básico nesses primeiros anos fez com que eu tivesse que optar por um apartamento bastante modesto no Rio de Janeiro. O salário inicial do professor universitário realmente é muito baixo, considerando a nossa necessidade de formação de carreira, de trajetória, de preparação para chegar a um posto com esse tipo de responsabilidade. Foram quase 20 anos de caminhada até chegar à UFRJ. Então, a gente, que é professor em início de carreira, leva muito tempo para conseguir recompor minimamente o vencimento básico com o primeiro nível de progressão na carreira. É vergonhoso. Nosso salário se manteve muito defasado porque nós não tivemos nenhum aumento nos últimos cinco anos. A gente passa três anos só com vencimento inicial básico do professor universitário, que é em torno de R\$ 7 mil. Eu sempre busquei alguns tipos de adicionais por cargo de comissão, cargo de direção, que também agrega um pouquinho ao salário, porque realmente só com o salário básico, principalmente nos primeiros três anos da carreira docente, não há condições de viver confortavelmente no Rio de Janeiro. A perda do nosso poder aquisitivo foi bem significativa, foi muito dramática. Eu diria até que na pandemia houve um recuo nessa perda porque a gente não tinha condição de fazer gastos muito expressivos com lazer, com viagens. Mas isso se manteve após a pandemia e se aprofundou com a falta de reajuste e a inflação.

A falta de reajuste salarial associada com o reajuste de todos os outros serviços e produtos, como alimentos, eletricidade e água, compromete o poder de compra do nosso salário. Ao longo desses anos sem reajuste, eu precisei cortar algumas coisas que antigamente eu pagava e que hoje eu não estou podendo mais pagar. Hoje eu não pago mais academia e tenho que substituir a academia por uma atividade ao ar livre. Tive que mudar o plano de saúde para um de custo mais baixo. No interior do estado há uma dificuldade muito grande de acesso a serviço de saúde. Então, essa falta de reajuste salarial impacta diretamente nossa qualidade de vida. Em alguns dias da semana não dá para vir trabalhar de carro, tem que substituir o carro pelo ônibus para poder equilibrar o custo da gasolina. Eu, por exemplo, acabei pegando o dinheiro da reserva de segurança para poder pagar algumas despesas correntes e afins que vender bens. Troquei de carro, peguei um carro mais simples. A pandemia trouxe dificuldades a mais, já que todas as despesas de implantação do ensino remoto foram por conta dos docentes. Não ter tido nenhum tipo de financiamento pela universidade ou pelo governo pesou. Tive que comprar um computador novo porque o meu não tinha velocidade de processamento suficiente para dar três a quatro horas de aula. Tive que comprar a câmera, o microfone. Já até pensei na possibilidade de me transferir para uma cidade em um campus universitário, cujo custo de vida seja menor.

A gente faz alguns sacrifícios, tem que repensar todas as nossas despesas, evita sair pra comer fora. No supermercado, a gente vai sempre naqueles itens mais baratos, eu só ando de ônibus. No dia de pagamento, eu recebo, já pago as contas e tenho que administrar o que sobra para chegar até o final do mês porque o mês é sempre mais longo do que o salário. Eu sou dependente da minha esposa em plano de saúde porque é um custo muito elevado para uma família de quatro pessoas. Eu tenho a sorte de ela trabalhar em hospital particular e ter um plano de saúde do qual eu sou dependente dela porque eu não teria como arcar com essa despesa. Então, a gente tem feito restrições para que o orçamento caiba no mês. O salário está muito aquém do que deveria ser. O Executivo é um dos poderes que tem em média a maior formação. Não só os professores, mas o Executivo em geral, e são os salários que estão mais baixos, se comparados com o Judiciário ou com o Legislativo. Nós trabalhamos na UFRJ. O Rio de Janeiro tem custo de vida elevadíssimo. A gente teve lá atrás, antes do primeiro governo PT, uma defasagem grande. Com as políticas implantadas houve um período de valorização tanto da carreira docente como da pesquisa. Depois de 2016, a situação tem ficado muito ruim para a universidade como um todo. Insustentável! E isso repercutiu no salário. De forma imediata, as propostas que estão circulando estão aquém do ideal, mas dão um alívio. Pelo menos um pouco de fôlego para poder em parte compensar as perdas dos últimos anos. Eu acho que ainda está longe de se dizer que o salário está valorizado da forma adequada, mas dá um respiro.

A primeira questão é que a distribuição de renda no Brasil é extremamente perversa. É uma desigualdade que não é só de renda, mas é particularmente de renda e particularmente salarial. O salário de um professor quando entra na carreira, do ponto de vista da categoria, é muito mal pago. Se a gente comparar o para chegar até o final do mês de um técnico do BNDES, que tem a mesma qualificação nossa, com mesurado e doutorado, e que também fez concurso, deste ponto de vista nossos salários são muito baixos. Um técnico do BNDES ganha muito mais, três vezes mais no mesmo nível da carreira que um jovem professor. É claro que temos que defender o aumento salarial, mas tendo essa perspectiva de que a gente vive num país extremamente desigual, é preciso negociar em torno de um argumento que não seja apenas corporativo. É preciso questionar por que os nossos salários são menores do que os dos técnicos do Ipea, do BNDES. Por que a profissória do professor não é valorizada? Sem desmerecer essas profissões, um engenheiro é mais valorizado que um professor, um economista que trabalha no BNDES é mais valorizado. O professor é fundamental, inclusive para redução das desigualdades. A universidade não forma só médicos, engenheiros. Ela forma professores que darão aula no Ensino Médio, que darão aula no Ensino Fundamental. Então, trata-se de valorizar uma profissão que é responsável por uma coisa importantíssima que é a Educação e que é, ao fim e ao cabo, um dos elementos fundamentais para reduzir as desigualdades sociais. A questão central para os professores da universidade é a valorização da profissão, a valorização do professor e a valorização do professor universitário na sociedade brasileira. A sensação é de que o professor é desvalorizado e o não tem reconhecido o seu papel na sociedade e nem pelo poder público. É isso que eu sinto.

## MEMÓRIA

# Negociações terminaram em greves em 2012 e 2015

> Antes da retomada do canal de diálogo com os servidores pelo atual governo, duas últimas mesas foram marcadas por forte oposição do Andes à gestão Dilma e tiveram a marca do impasse

ALEXANDRE MEDEIROS  
comunica@adufjr.org.br

O clima amistoso e de diálogo entre o governo federal e as entidades representativas dos servidores públicos na atual campanha salarial nem de longe de assemelha ao das duas últimas mesas de negociação, em 2012 e em 2015, na gestão da ex-presidenta Dilma Rousseff. Eram mesas setoriais — envolviam apenas os docentes das instituições federais de ensino, representados pelo Andes e pelo Proifes (Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) —, tiveram negociações tensas e interrompidas e suscitaram as duas mais longas greves da categoria: a de 2012 durou 124 dias e a de 2015, 139.

“Em 2012, os representantes do Andes diziam que a entidade estava ali para negociar desde que o governo adotasse a lógica e a pauta do Andes. Quem negocia assim? E a pauta do Andes previa uma carreira única com 13 níveis, com passagem automática de um nível para o outro. O governo não aceitou e eles saíram da mesa. O Proifes acabou assinando o acordo sozinho”, lembra o professor João Torres, presidente da AdUFRJ. João vê a atual postura do Andes como bem diversa daquela adotada no governo Dilma. “O Andes vem mudando a sua postura, muito por pressão do movimento Renova Andes, que é um grupo de oposição expressivo à atual direção do sindicato e tem sempre questionado essas atitudes. Estou muito feliz que o Andes está negociando, e quero que ele continue assim, disposto a dialogar”, observa.

João recorda que, em 2012 e em 2015, o Andes saudou as duas longas greves como vitórias do movimento. “No fundo, era uma posição de oposição mais geral ao governo, contra alguns projetos como o Reuni, por exemplo”, acredita João. Ele até hoje guarda uma nota do Andes em que o sindicato aponta uma clara oposição ao Reuni: “Estamos à frente da maior greve da história e, depois de resolvidas as questões relativas à carreira e aos salários dos professores, será preciso iniciar a discussão do segundo ponto de pauta da entidade, para debater a falta



**GREVE DE 2012** durou 124 dias e só perdeu em duração para a de 2015, que chegou a 139 dias

de qualidade do atual processo de expansão de universidades e institutos federais”.

### IMPASSES

Outro docente muito envolvido no movimento sindical nas negociações de 2012 e 2015, Hélio de Mattos Alves, professor da Faculdade de Farmácia da UFRJ, lembra que o acordo assinado pelo Proifes em 2015 trouxe alguns ganhos significativos para a categoria. “A parte financeira, em uma conjuntura de grave recessão, teve um resultado discreto. Entretanto, foram alcançadas importantes vitórias em relação à estruturação das carreiras e outras demandas, que abriram espaço para discussões futuras. Para o professor, não há espaço político atualmente para a postura adotada pelo Andes em 2012 e em 2015. “Estamos em uma mesa nacional de negociação, construindo pontes de apoio para essas pautas, e não se pode colocar uma greve nacional nesse momento”.

João Torres diz que a postura do Andes levou a impasses nas negociações da década passada. “Na época, nosso grupo insistia muito para que o Andes negociasse, sentasse à mesa com o Ministério do Planejamento, que separasse as questões de carreira com as demais. O Proifes, ao contrário, negociou. Em 2012, a greve durou mais de 100 dias, não tiveram vitória alguma, nem um acordo, nem um centavo, mas na avaliação deles havia sido uma grande vitória

de mobilização, fechando as universidades. Teriam de fazer uma avaliação com um mínimo de credibilidade. Uma coisa que sempre me incomodou muito é que com as greves as bibliotecas e os laboratórios eram fechados. Que luta política é essa, em que você fecha bibliotecas para alunos e professores? Qual o simbolismo disso?”, questiona o professor.

### INTRANSIGÊNCIA

Nilton Ferreira Brandão, presidente do Proifes, vê com bons olhos a disposição atual de negociação do Andes. “É um avanço. Em 2012, assim como em 2015, o Proifes assinou o acordo sozinho porque o Andes saiu da mesa, não aceitou a proposta do governo. O posicionamento do Andes foi o mesmo: manteve a sua proposta e não negociou. Quando falo em 2012 e em 2015 eu falo de mesas setoriais, envolvendo as entidades da Educação. Não é como agora em que há uma negociação com o conjunto de servidores públicos em geral, há outros atores envolvidos. No último encontro tivemos 49 entidades que não se diziam representadas por nenhum dos dois fóruns nacionais de servidores (Fonasefe e Fonacate)”, diz Brandão.

Segundo o presidente do Proifes, há que se ter coerência para negociar: “Nossa perda salarial hoje é da ordem de 42%, o IPCA acumulado de 2015 até janeiro deste ano. É isso que eu quero. Mas isso é possível hoje? Não é,

temos que ser coerentes. Qual o orçamento que o governo precisa para dar esse reajuste? A proposta do Andes em 2015 era autoritária, não dava margem à negociação, entrou na mesa no primeiro dia e saiu no último exatamente a mesma. Era tanta intransigência que as propostas do Andes nem entravam em debate. Eram fora da realidade. Como está sendo agora, o Fonasefe, onde está o Andes, mantém a proposta original. Falta análise da realidade”, avalia.

Para o professor Brandão, a postura do Andes foi ainda mais radical em 2012 do que em 2015. “Em 2012 foi ainda pior, o Andes dizia que não queria negociar com o governo, queria derrotar o governo. Se eu vou para uma mesa com esse espírito, vou negociar o quê? Nós negociamos e fechamos o acordo com uma proposta que tinha 15 itens, desde a reposição das perdas inflacionárias até a valorização do piso da carreira. Tivemos um retorno de 78% de nossa base aprovando o acordo. E assinamos o acordo com esse apoio expressivo. O Andes optou pelo caminho da greve”, relembra.

### DIVERGÊNCIAS

Presidenta (2012-2014) e vice (2014-2016) do sindicato nacional, a professora Marinalva Oliveira, da Faculdade de Educação da UFRJ, defende a postura do Andes nas mesas de negociação com o governo Dilma e diz que as greves foram instrumentos legítimos de mobilização da ca-

tegoria. “A greve de 2015 não foi deflagrada porque o Andes não aceitou as propostas de reajuste do governo Dilma. A greve foi o último recurso encontrado pelos docentes para pressionar o governo federal a ampliar os investimentos públicos para a educação pública, e dar respostas ao descaço do Executivo frente à precarização das condições de trabalho e ensino nas Instituições Públicas Federais, muitas das quais estavam impossibilitadas de funcionar por falta de técnicos, docentes e estrutura adequada”, diz Marinalva.

Segundo Marinalva, a greve de 2015 começou em maio e a última reunião de negociação com o governo foi em abril de 2014, na qual foi assinado um acordo entre o MEC e o Andes em que o governo reconheceu a desestruturação da carreira e apontou para a continuidade da discussão. Mas depois disso, segundo ela, o governo negou o acordo assinado com o Andes. “Somente após um mês de deflagração da greve é que o governo propôs reajuste salarial de 21,3% parcelados em quatro anos para todos os servidores públicos federais, que reivindicavam reajuste de 27,3% e data-base. A proposta foi considerada insuficiente pela maioria das entidades de servidores federais e acabou rejeitada”, recorda a professora.

Marinalva diz que o diálogo em 2015 não foi adiante “porque o governo isoladamente encerrou as negociações com as entidades que representavam a ampla maioria da categoria, Andes e Sinasefe”. “Essas duas entidades representavam mais de 90% da categoria nas universidades e institutos federais, cujas assembleias rejeitaram a proposta do governo, indicando a necessidade de avançar na negociação. Entretanto, o Proifes ignorou esse processo e assinou o acordo. Importante destacar que o Proifes tinha representação em apenas seis das 57 universidades federais que estavam paralisadas”, lembra ela. Para a professora, a postura do Proifes à época não serve como exemplo. “O Proifes cumpriu o papel que o governo queria: uma entidade para cancelar o que a ampla maioria da categoria docente havia rejeitado. Isso precisa ser denunciado sempre. Em minha avaliação, não podemos usar a prática do Proifes como exemplo ou parâmetro de negociação. Precisamos, ao contrário, resgatar a história do Andes de mobilização e deliberação pela base, com autonomia e independência”.

# Observatório abre diálogos com Executivo e Legislativo

> Representantes da rede estabelecem parcerias com o MEC e com o CNPq e são recebidos no Congresso por parlamentares signatários do Pacto do Conhecimento e que apoiam o FNPE

LUCAS ABREU  
lucas@adufjrj.org.br

Em 2019 o Observatório do Conhecimento esteve aqui no MEC e não pôde nem entrar”. A frase da vice-presidente da AdUFRJ Mayra Goulart, coordenadora do Observatório, mostra como mudou a política com o fim do governo Bolsonaro. Com a mudança na administração federal, representantes do Observatório foram recebidos pela secretária de Educação Superior do MEC, Denise Pires de Carvalho, dando sinais de que, com um governo aberto ao diálogo, a rede terá mais oportunidades de colaborar com políticas que fortaleçam a educação superior e a Ciência. O encontro aconteceu na quarta-feira (1º) e fez parte da agenda de atividades da rede junto ao Executivo e ao Legislativo na semana passada.

Na reunião, a secretária e os representantes do Observatório trataram dos desafios e das perspectivas para o ensino superior. As bolsas de permanência para os estudantes foi um dos temas discutidos no encontro. Denise sugeriu que o Observatório faça um estudo para que seja possível pensar um sistema universal de bolsas de assistência e permanência para todas as universidades federais, mas com critérios que considerem as discrepâncias em termos de custo de vida em cada uma das localidades. Para Mayra, é positivo que o assunto tenha aparecido na discussão. “Para nós do Observatório é importante que essas bolsas de permanência considerem as interseccionalidades das desigualdades entre raça e gênero, mas também as questões relativas ao cuidado e à maternidade”, acrescentou.

Também entrou na conversa a necessidade da volta do investimento. Segundo Denise, há no MEC o projeto de retomar as obras paradas em instituições de ensino superior. Outro assunto tratado foi a escolha para reitor. De acordo com Denise, o governo estuda uma mudança na lei atual que dê autonomia para que cada universidade decida como vai ser o seu processo de escolha, e que o presidente nomeie quem a universidade escolheu, preservando assim a autonomia da instituição.

“Foi uma reunião muito profícua. A secretária abraçou o Observatório, ouviu nossas reivindicações e a gente se disponibilizou a atuar junto com ela para reconstruir o país a partir da educação”, avaliou Mayra. Para a professora, a ida do Observatório a Brasília foi positiva, sobretudo na nova conjuntura, na qual a rede quer aumentar o diálogo com o Legislativo, e construir uma relação com o Executivo, de maneira a construir políticas públicas melhores para a Educação e a Ciência. “O Observatório tem a legitimidade de quem atua na área da educação superior e Pesquisa para fazer essa ponte. E também é um ator capaz de produzir pesquisas que respaldem ou que respondam perguntas que os operadores políticos do Executivo



ENCONTRO do Observatório com a secretária de Educação Superior do MEC, Denise Pires de Carvalho, teve até “encomenda” de estudo



REPRESENTANTES da rede tiveram um encontro com o presidente do CNPq, Ricardo Galvão

e do Legislativo precisam”, explicou.

Na véspera, o Observatório foi recebido pelo presidente do CNPq, Ricardo Galvão, que começou a conversa contando ter tido acesso ao material produzido pela rede durante a transição de governo. Galvão explicou também que um dos principais trabalhos da equipe de transição foi fazer um diagnóstico da situação e planejar as ações dos cem primeiros dias de conversa.

A professora Monica Stival, da Universidade Federal de São Carlos, representante da ADUFSCar no Observatório, avaliou como bastante positiva a reunião. “Achei muito importante ele já ter tido contato com material produzido pelo Observatório, mostra que estamos em um lugar de destaque nessa interlocução pela reconstrução da Pesquisa e da educação superior”, disse. “Conversamos por aproximadamente duas horas, e debatemos os desafios da Ciência e Tecnologia, falamos da importância da recomposição do Orçamento do Conhecimento e de programas que vão reconstruir a Ciência, a Tecnolo-

gia e a educação superior no país”, contou Monica.

Galvão também ouviu a proposta de estudo que o Observatório está desenvolvendo sobre as pesquisas que não puderam ser realizadas ou tiveram que ser interrompidas por causa dos cortes orçamentários nos últimos anos. “Ele achou muito interessante a pesquisa e disse que quer ver os resultados”, contou a professora Monica. Galvão também disse que vai colocar os dados do CNPq à disposição para a pesquisa.

Os representantes do Observatório também foram recebidos pela deputada federal Ana Pimentel (PT-MG). A conversa foi sobre pontos importantes para as universidades públicas, como a retomada de obras nos campi e políticas de assistência estudantil que garantam a permanência dos estudantes nas universidades, especialmente os cotistas. A deputada também informou que vai atuar na Frente Parlamentar Mista da Educação, que ela considera um ponto estratégico na

luta pela universidade pública.

“Fico muito feliz de firmar a continuidade dessa parceria com o Observatório do Conhecimento, porque sei da importância das ações e atividades desenvolvidas pela rede e que servem como ferramenta de mobilização para a construção da universidade que queremos”, comentou a deputada Ana Pimentel. “A sociedade também ganha quando um grupo de tamanha qualidade técnica se une ao Parlamento para nos fornecer informações que podem ampliar a nossa luta e a elaboração das políticas educacionais que serão prioridade nesse novo país que estamos construindo, no qual as universidades, a Ciência e a Tecnologia precisam ter papel estratégico e definidor de horizontes”, avaliou a parlamentar.

No Congresso, o Observatório também foi recebido por parlamentares como Carlos Veras (PT-PE), Chico Alencar (PSOL-RJ), Tábata Amaral (PSB-SP) e Célia Xakriabá (PSOL-MG), signatários do Pacto pelo Conhecimento. Os deputados ouviram com interesse a pauta do Observatório, e Célia Xakriabá sugeriu que a rede faça um levantamento detalhado da situação dos estudantes indígenas. A parlamentar propôs ao MEC a criação de uma universidade indígena, e defende outras pautas, como a criação de mecanismos de combate à discriminação aos indígenas no meio acadêmico e valorização do saber indígena na academia.

Pela manhã, representantes do Observatório participaram de um café da manhã com os parlamentares que apoiam o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE). Na manhã de quinta-feira (2), o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP), fez uma fala de conjuntura na reunião do Observatório.